

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.778 - SP (2020/0060889-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MICHELI REGINA DO PRADO**
ADVOGADOS : **ADEMAR ALVES DE ALCANTARA JUNIOR - SP286406**
RENATO FLAVIO JULIÃO - SP296552
PAULO FERNANDO PRADO FORTES - SP163464
RECORRIDO : **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A**
ADVOGADOS : **MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - MG063440**
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - SP428935

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ACERCA DOS LIMITES DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DA ILEGITIMIDADE AUTORA. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. 5. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Na origem, Anhanguera Educacional Participações S.A. interpôs agravo de instrumento decorrente de decisão proferida em cumprimento individual de sentença na Ação Civil pública n. 0006647-91.2012.8.26.0292, movida pelo Ministério Público, que trata de contratos de prestação de serviços educacionais, a qual acolheu parcialmente a impugnação por ela apresentada somente em relação ao excesso de execução.

No julgamento do agravo de instrumento, a Trigesima Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 233):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCONTO DE 50% NA MENSALIDADE CONCEDIDO EM 2011 A NOVOS ALUNOS DE DETERMINADOS CURSOS. EXTENSÃO AOS ANTERIORMENTE MATRICULADOS NA MESMA TURMA E CURSO DAQUELES EM QUE FOI CONCEDIDA A BENESSE. CONSIGNAÇÃO DE QUE EVENTUAIS DESCONTOS CONCEDIDOS NOS CURSOS EM VIGÊNCIA E FUTUROS DEVERIAM SER ESTENDIDOS A TODOS OS ALUNOS DA

TURMA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. EXEQUENTE MATRICULADA EM 2010 QUE NEM MESMO ALEGA TER A UNIVERSIDADE CONCEDIDO DESCONTOS A ALUNOS DO MESMO CURSO E TURMA. PARTE QUE NÃO SOFREU NENHUMA DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO A QUALQUER OUTRO ALUNO. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXTINÇÃO DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, INC. VI, DO NCPC. RECURSO PROVIDO.

Em suas razões, à recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 4º da Lei n. 7.347/1985; 502 do CPC/2015; e 5º, XXXVI, da CF/1988, sustentando a reforma do acórdão recorrido, tendo em vista que a decisão final proferida na ação civil pública não limita os consumidores que ingressaram no curso até 2011, havendo contradição entre o acórdão proferido naquela ação e o acórdão do TJSP.

Além disso, o *decisum* também se contradiz ao deduzir pela inexistência de prova nos autos dos descontos discriminatórios, assim como da matrícula em 2011, uma vez que juntou todos os recibos de pagamento do contrato.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 259-264).

O processamento do apelo especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 265-267).

Brevemente relatado, decido.

De início, em relação a apontada ofensa ao art. 5º, XXXVI, da CF/1988, deve-se ressaltar que o recurso especial não é a via própria para o debate de suposta violação de dispositivos constitucionais, porquanto a análise da matéria não é de competência desta Corte Superior, mas do Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna.

No mais, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 234-240 - sem grifo no original):

Deflui dos autos que o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública contra a apelada com o intuito de estender os descontos concedidos aos alunos ingressantes naquela instituição de ensino para vagas remanescentes de determinados cursos noturnos no 1.º semestre de 2011 aos demais discentes anteriormente matriculados nas mesmas turmas. A sentença de improcedência da ação foi

reformada por este Tribunal de Justiça, que condenou a ré-recorrente “à obrigação de oferecer aos alunos antigos eventuais descontos oferecidos aos alunos mais novos, em todos os cursos superiores em vigência e futuros de graduação, proibindo tratamento financeiro diferenciado em razão da data de matrícula”.

Interpostos recursos pela agravante, foram todos desprovidos, tendo ocorrido o trânsito em julgado da decisão em 30.1.2017, quando então passou a produzir efeitos “erga omnes”.

Em 26.11.2018, a agravada iniciou o cumprimento individual de sentença, pugnando pelo recebimento de R\$56.776,98, que seriam correspondentes aos valores pagos a maior enquanto era aluna daquela instituição de ensino no período de 2010 a 2014 no curso de direito.

[...]

A recorrente apresentou impugnação ao cumprimento de sentença para alegar a irregularidade do cumprimento de sentença por ausência prévia da fase de liquidação, a ilegitimidade ativa da exequente e o excesso de execução, com fundamento no art. 525, § 4.º, do CPC.

Antes de julgar a impugnação, o Magistrado estabeleceu o marco inicial relativo aos valores a serem restituídos, devendo-se ater ao momento em que o desconto passou a ser realizado, ou seja, em 2011, considerando que o pedido formulado pelo Ministério Público na ação civil pública e o julgado não se referem a mensalidades anteriores ao período de desconto praticado pela agravante, determinada a remessa dos autos ao contador judicial para considerar somente a razão de 50% do valor total da anuidade, atualizada monetariamente desde a data de cada pagamento comprovado efetivamente nos autos e aplicando-se juros de mora de 1% ao mês, contados da citação da requerida na ação civil pública.

Pois bem. Da leitura do voto condutor proferido pelo Des. Clóvis Castelo, infere-se que a ré concedeu desconto de 50% na matrícula e nas mensalidades para os alunos inscritos nas vagas remanescentes do 1.º semestre de 2011, de modo que, com fundamento em que os alunos merecem tratamento igualitário, foi determinada a extensão de tal desconto também aos alunos antigos, bem como proibiu a concessão de eventuais descontos somente a determinados alunos também em outras turmas de cursos em vigência e futuros, *in verbis*: “reforma-se a sentença, dando parcial provimento ao pedido do autor, para condenar a ré à obrigação de oferecer aos alunos antigos eventuais descontos oferecidos aos alunos mais novos, em todos os cursos superiores em vigência e futuros de graduação, proibindo tratamento financeiro diferenciado em razão de data de matrícula.”

Note-se que o aludido julgado acolheu o pedido de acordo com o que foi deduzido pelo Ministério Público na inicial, nos seguintes termos: “estender os eventuais descontos posteriores concedidos aos alunos mais novos (ou recentes) aos demais consumidores de matrícula mais antiga, em todos os cursos superiores, em vigência e futuros, de graduação, oferecidos na unidade de Jacareí, proibindo qualquer tipo de tratamento financeiro diferenciado entre consumidores por critério de ordem de matrícula ou data de assinatura de contrato”.

Cabe ressaltar que a intenção do Ministério Público foi a de evitar que alunos que fazem matrícula na primeira oportunidade sejam

discriminados perante aqueles que o fazem em ocasião posterior motivados pela concessão de descontos na matrícula e nas mensalidades.

Conquanto tenha decidido anteriormente de maneira diversa, revejo o entendimento para que a execução atenha-se estritamente à condenação e ao pedido efetuado pelo Ministério Público.

Inconteste que a concessão dos descontos ocorreu no início de 2011, em determinadas turmas e cursos noturnos, fato que demonstra ser descabida a pretensão para que a executada reembolse 50% dos valores das mensalidades pagas pela exequente, uma vez que nem mesmo alega que a instituição de ensino tenha oferecido igual desconto para a mesma turma em que estava matriculada.

Infere-se que pretende a exequente-agravada ser beneficiada pelo desconto concedido em janeiro de 2011 aos novos alunos. Contudo, conforme já consignado, ao se referir a “alunos antigos”, o v. acórdão exequendo fez alusão aos alunos anteriormente matriculados nos cursos e turmas para o qual o desconto foi concedido, ou seja, aqueles ingressantes também em 2011, mas com matrícula anterior à concessão da aludida benesse. E, ao se referir aos “cursos em vigência”, o v. acórdão acolheu o pedido do Ministério Público a fim de evitar que fossem concedidos eventuais descontos somente a determinados alunos desses cursos sem que fossem estendidos a todos da turma.

Isso porque o pedido do Ministério Público se deu em razão da ausência de isonomia aos demais alunos daquela instituição de ensino à época em que foi oferecido referido desconto e que não obtiveram a mesma benesse, ficando em desigualdade com seus colegas dos mesmos cursos e turmas.

Por certo que o v. acórdão proferido na ação civil pública somente pode ser aplicado aos alunos que na época dos descontos oferecidos não foram contemplados, ou seja, aos que ingressaram naquela instituição de ensino em janeiro de 2011 nos mesmos cursos e turmas em que foram matriculados os que receberam o benefício oferecido pela demandada ou, ainda que matriculados em outros semestres, se comprovado que a instituição ofereceu desconto a alunos do mesmo curso e turma.

Assim, compete ao aluno, a fim de comprovar a sua legitimidade ativa e interesse de agir para executar o título judicial coletivo, comprovar um de dois fatos por meio de liquidação por artigos: ter ingressado no curso em janeiro de 2011, efetuado sua matrícula no prazo regular e sido surpreendido posteriormente com o ingresso de outros alunos na mesma turma, aos quais foi concedido o desconto de 50% nas mensalidades; ou que, apesar de ter ingressado anterior ou posteriormente a janeiro de 2011, a instituição de ensino tenha concedido tratamento diferenciado a outros alunos do mesmo curso e turma, com abatimento nas mensalidades.

No caso dos autos, a aluna-agravada iniciou seu curso em 2010 sem nem mesmo argumentar que a ré teria concedido algum desconto a outro aluno de sua turma, simplesmente pretendendo obter o desconto concedido à turma referida em 2011, pelo que é

parte ilegítima para exigir o cumprimento da sentença, que deve ser executada fielmente nos limites expressos contidos em seu dispositivo, sob pena de desacato à coisa julgada.

Dessa forma, o pleito da exequente não encontra correlação com o acórdão prolatado na ação civil pública n.º 0006647-91.2012.8.26.0292, que garantiu a isonomia somente entre alunos matriculados no mesmo período e nos cursos abrangidos por desconto concedido pela ré.

Portanto, descabida a alegação de ter sofrido qualquer discriminação por parte da instituição de ensino.

Por todo o exposto, pelo meu voto, dou provimento ao recurso para extinguir o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do NCPC, impondo à exequente-agravada o pagamento das custas e despesas processuais corrigidas, bem como dos honorários advocatícios da parte contrária fixados em 10% do valor da causa referente ao cumprimento do julgamento (R\$ 56.776,98), com correção monetária desde o ajuizamento do cumprimento e com juros de mora de 1% ao mês desde o trânsito em julgado, observada a gratuidade processual.

Desse modo, verifica-se que, embora o Desembargador relator tenha reconhecido que decidiu de maneira diversa anteriormente, o voto condutor foi devidamente fundamentado, não havendo falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Além disso, da leitura dos trechos acima, observa-se que não houve debate sobre a ilegitimidade da recorrente para o cumprimento de sentença do ponto de vista da infringência ao art. 4º da Lei n. 7.347/1985, haja vista que a conclusão do Tribunal de origem se deu única e exclusivamente com base na interpretação do acórdão proferido na ação civil pública e quanto aos limites da coisa julgada para, na hipótese, concluir pela inexistência de discriminação da instituição de ensino em relação à ora recorrente, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, tampouco foram opostos embargos de declaração na origem, o que atrai os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a falta de prequestionamento impede o conhecimento do recurso lastreado, também, na

alínea *c* do permissivo constitucional.

Ademais, a partir dos pressupostos analisados pelo acórdão recorrido, a questão foi resolvida com base nos elementos fáticos que permearam a demanda. Assim, rever os fundamentos que ensejaram a conclusão alcançada pelo Colegiado local implicaria no reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula n. 7 deste Tribunal.

Por fim, não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto a recorrente não demonstrou a divergência nos moldes exigidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e trechos do voto, sem a realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.023.675/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator